



ARTIGO

ORDEM E PROGRESSO NAS ARQUIBANCADAS: O JORNALISMO ESPORTIVO E A GÊNESE DAS TORCIDAS UNIFORMIZADAS DE FUTEBOL DURANTE O REGIME POLÍTICO DO ESTADO NOVO (1937-1945)¹

Contato

Bernardo Borges Buarque de Hollanda
Avenida Paulista, nº 1471 – 1º andar
01311-927 – São Paulo – São Paulo – Brasil
bernardo.hollanda@fgv.br
Aníbal Martinot Chaim
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP
Avenida Prof. Luciano Gualberto, 315
05508-010 – São Paulo – São Paulo – Brasil
fpsanibal@gmail.com

 **Bernardo Borges Buarque de Hollanda²**

Fundação Getúlio Vargas
São Paulo – São Paulo – Brasil

 **Aníbal Martinot Chaim³**

Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brasil

Resumo

O objetivo do artigo é articular as relações entre a primeira fase do futebol profissional no Brasil, instituído legalmente em 1933 e consolidado a partir de 1937, e o advento do Estado Novo (1937-1945), período político concomitante, conhecido por seus traços autoritários. Busca-se mostrar de que maneira, nesse contexto histórico específico, se forma na cidade de São Paulo o primeiro modelo de torcidas uniformizadas no país, que terá predominância entre as décadas de 1940 e 1960. Por meio de livros de dirigentes esportivos e de fontes jornalísticas, hauridas do periódico paulistano *A Gazeta Esportiva*, acompanham-se os escritos autorais de João Lyra Filho e as narrativas de imprensa de Thomaz Mazzoni, de modo a salientar a importância do “enquadramento moral” das plateias futebolísticas de então, com base nos valores vigentes, exaltados pelas autoridades do regime estadonovista e assimilados pelos agrupamentos torcedores.

Palavras-chave

Futebol–Torcidas Uniformizadas–Estado Novo–Gazeta Esportiva–Thomaz Mazzoni.

¹ Todas as fontes e toda a bibliografia são referidas no artigo, não publicado em plataforma de *preprint*. Ambos os autores participaram das diversas fases da pesquisa e escrita do texto.



ARTICLE

ORDEM E PROGRESSO
IN FOOTBALL STADIUMS:
NATIONALISM, SPORTS
JOURNALISM AND THE
GENESIS OF THE *TORCIDAS*
UNIFORMIZADAS DURING
THE *ESTADO NOVO*
POLITICAL REGIME (1937-1945)

Contact

Bernardo Borges Buarque de Hollanda
Avenida Paulista, nº 1471 – 1º andar
01311-927 – São Paulo – São Paulo – Brazil
bernardo.hollanda@fgv.br

Aníbal Martinot Chaim
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP
Avenida Prof. Luciano Gualberto, 315
05508-010 – São Paulo – São Paulo – Brazil
fpsanibal@gmail.com

 Bernardo Borges Buarque de
Hollanda²

Fundação Getúlio Vargas
São Paulo – São Paulo – Brazil

 Aníbal Martinot Chaim³

Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brazil

Abstract

This article aims to articulate the relations between the development of the first phase of professional football in Brazil, legally established in 1933 and consolidated from 1937, and the advent of Estado Novo (1937-1945), a concomitant political period known by its centralizing and authoritarian characteristics. The goal is to demonstrate how from this specific historical context emerged in the city of São Paulo the first configuration of *torcidas uniformizadas* (organized supporter's groups), which will have predominance between the 1940s and 1960s. Through the books of sports leaders, reports from government officials and journalistic sources, with the latter retrieved from the São Paulo newspaper *A Gazeta Esportiva*, we accompany the writings of João Lyra Filho and the press narratives of Thomaz Mazzoni, in order to emphasize the importance of the "moral framework" of soccer audiences of the time, based on the values in force, exalted by the authorities of the Estado Novo and fully or partially assimilated by the emerging groups of fans.

keywords

Football–Organized fan groups–New State–Gazeta Esportiva Newspaper–Thomaz Mazzoni.

² Pós-doutorado pela University of Birmingham (2018). Professor-adjunto da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas e Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil. São Paulo – Brasil.

³ Doutor pelo Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Introdução

O presente artigo dedica-se a apresentar a instituição do primeiro modelo de Torcidas Uniformizadas – doravante TUs – no Brasil. Este modelo foi concebido na cidade de São Paulo, no início da década de 1940, e teve por pano de fundo a terceira fase da chamada Era Vargas (CHAIM, 2018). O período histórico ficou conhecido como Estado Novo (1937–1945), oriundo de um golpe dado pelo próprio presidente, após um governo provisório (1930–1934) e um interregno constitucional (1934–1937). Com vínculo direto aos clubes de sua preferência, as associações de torcedores que se formaram nesse contexto tinham uma *performance* e uma missão específica a cumprir nas arquibancadas.

As diretrizes para a configuração da animação das partidas, mediante a adoção de bandas musicais nas arquibancadas dos estádios paulistanos, relacionam-se por sua vez aos concursos de torcidas concebidos e promovidos pelos jornais da época, em particular aqueles estabelecidos em regulamento pelo semanário *A Gazeta Esportiva*, dirigido pelo cronista Thomaz Mazzoni (1900–1975) e publicado às segundas-feiras desde 24 de dezembro de 1928.

O suplemento, constituído de dezesseis páginas em média, era vinculado ao vespertino *A Gazeta*, do diretor-proprietário Cásper Líbero (1883–1943), e passou a circular como diário em separado a partir de 10 de outubro de 1947, sendo encerrado na versão impressa apenas em 2001, quando passou a ser veiculado em um portal da Internet (TOLEDO, 2012, p. 64). *A Gazeta* foi considerado um dos jornais mais modernos da América Latina à época, seguidor dos padrões mundiais de empresa jornalística, com aquisição de maquinário, tricomia, rotogravura a cores e impressões que alcançavam tiragens de 120 mil exemplares (HIME, 2005, p. 153).

No direcionamento dos concursos intergrupos, os quesitos para a eleição da melhor torcida envolviam o que os elaboradores e julgadores entendiam por disciplina, *fair play*, respeito aos torcedores da equipe adversária e cordialidade, entre outros termos da época. Tais critérios determinavam qual seria a torcida eleita vencedora, ao lado de aspectos de ordem técnica, como a avaliação da quantidade de torcedores uniformizados, o volume sonoro da banda musical e o tamanho dos mosaicos.

A consulta aos periódicos dessa época permite perceber que o jornal era não só o criador e o patrocinador desse tipo de concurso – havia outros, como a eleição do clube mais querido de São Paulo, mediante votação dos leitores (GE, 23/09/1943, p. 3) –, mas também o avaliador das *performances* das torcidas, mediante um corpo de jurados definidos pelos jornais. Isso

permitia-lhe a moldagem e a direção do comportamento dos agrupamentos avaliados, de acordo com os valores e interesses que convinham aos meios de comunicação.

Os segmentos de torcedores, reunidos sob a denominação de organizados – termo comum da imprensa do Rio de Janeiro – e uniformizados – caracterização empregada usualmente pelos jornais paulistanos – tonavam-se protagonistas e partícipes do espetáculo esportivo, que se profissionalizava em definitivo ao longo dos anos 1940, com a condição de se moldar à maneira prescrita pelos organizadores da competição, indício do atrelamento e da conformidade à ideologia desportiva apregoada pelo regime estadonovista.

Procura-se mostrar a seguir como o modelo de torcida que surgiu na esteira do Estado Novo, período histórico dotado de amplo alcance na historiografia (OLIVEIRA, VELLOSO, GOMES, 1982) – objeto historiográfico que se estende à educação física (PARADA, 2009) e ao futebol no país durante o referido regime (SOUZA, 2008; NEGREIROS, 1998) –, foi congruente com os ideais esportivos cunhados pelo dirigente João Lyra Filho (1906–1988).

Esse personagem, em sua origem ligada ao clube do Botafogo, foi cronista esportivo e jurista responsável por instituir e presidir o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão-chave da época, implantado em 1941. O CND, entidade subordinada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, conhecido sob o acrônimo MES, passou a centralizar, a verticalizar e a controlar todas as instâncias da política desportiva do país, assenhoreando-se de clubes, associações, ligas, federações e confederações.

Figura 1



Sentados, o jurista João Lyra Filho, à esquerda, e o ministro Gustavo Capanema, à cabeceira, por ocasião da instalação do CND, em 7 de julho de 1941. Fonte: FGV-CPDOC.

No âmbito do futebol, e das plateias esportivas em particular, seus estádios, cada vez maiores e imponentes, eram capazes de fazer jus à demanda por popularização e profissionalização desta modalidade esportiva (LEITE LOPES, 1994). É possível dizer que as torcidas uniformizadas, vinculadas aos clubes, incentivadas pelos dirigentes e emuladas pela imprensa esportiva, cujo caráter mercantil ia ao encontro da lógica corporativista que distinguiu o governo Vargas a partir da Revolução de 1930, coadunavam-se à unidade de funcionamento desse sistema futebolístico.

Uma das consequências da profunda mudança por que passava o mundo do futebol no período entreguerras, com a entrada de jogadores de origem popular nos grandes clubes, promotora da alteração do perfil dos atletas na vigência do profissionalismo, e com a centralização do poder político dos

esportes durante a ditadura do Estado Novo, desde a criação do CND, era a descaracterização do glamour em torno da imagem aristocrática das torcidas.

Essa imagem, fixada pelos cronistas do período da *belle-époque* carioca, se esvaía de maneira nostálgica para muitos – “época em que a arquibancada do Fluminense mais parecia um *bouquet* de flores”, tempo romântico em que “o torcedor do bodoque atrapalhava o goleiro” (JORNAL DOS SPORTS, 19/9/1967, p. 03) – em lugar dos crescentes xingamentos, das ofensas, das frequentes hostilidades entre torcedores rivais e da imposição progressiva de padrões de sociabilidade masculina nos estádios de grande porte, agora construídos e administrados pelo governo federal, a preponderar com cada vez mais ressonância e amplitude.

Nesse sentido, uma de suas dimensões mais evidentes para a criação das torcidas era o caráter unitário e, por assim dizer, corporativo que lhe sustentava. Em homologia à estrutura corporativa sindical, regida pelo princípio do sindicato único, ordenado segundo categorias profissionais, instituía-se no futebol de então uma, e somente uma, torcida por clube, que era por sua vez liderada por um único *chefe*. Este último liderava o território das arquibancadas e era reconhecido como referência tanto pelos torcedores quanto pelos dirigentes do clube e mesmo pela polícia, com quem costumava colaborar e contribuir para o impedimento de tumultos (HOLLANDA, 2008, p. 103).

Diante desse propósito, o presente capítulo estrutura-se em três partes. Na primeira, apresenta-se os escritos de João Lyra Filho, publicados no ano de 1941, acerca das multidões esportivas e do papel benéfico da música coletiva no controle das massas. Na parte seguinte, volta-se à obra do cronista esportivo Thomaz Mazzoni e apresenta-se de que maneira, ao se filiar ao projeto futebolístico centralizado do Estado Novo, o editor-chefe de *A Gazeta Esportiva* estimulou a presença das torcidas uniformizadas nas arquibancadas dos estádios paulistanos, em princípios dos anos 1940. Na terceira e última parte, desenvolve-se, com base nos relatos jornalísticos daquele período, o meio pelo qual os concursos de torcidas foram implementados e como o protagonismo dos chefes desses agrupamentos ganha vulto na condução dessas primeiras competições intergrupos.

O espírito das leis esportivas: João Lyra Filho, o CND e o futebol profissional

João Lyra Filho foi um jurista paraibano, radicado no Rio de Janeiro, professor que viria a ser reitor da Universidade do Estado da Guanabara nos anos 1960. Durante o Estado Novo, foi homem de confiança de Gustavo Capanema (1900–1985), influente ministro da Educação e da Saúde. Capanema comandou o MES no governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. À frente do CND, Lyra Filho, dado pouco enfatizado pela historiografia do futebol, foi quem forneceu subsídios não só para a legislação esportiva como para a idealização do modelo das primeiras torcidas uniformizadas do Brasil. Tal modelo seria concretizado em São Paulo, sob a iniciativa entusiástica de *A Gazeta Esportiva*, em meio à criação das escolas superiores de educação física no país.

Nesse bojo, Lyra Filho, autor de dezenas de livros relacionados ao direito desportivo, entendia que a passionalidade dos torcedores de futebol deveria ser objeto de atenção por parte das autoridades. Tratava-se de uma questão a ser conduzida com toda seriedade, sob pena de causar efeitos deletérios para a ordem pública, para o futebol profissional e para o Estado, incumbido da intervenção nos esportes e da construção de praças esportivas a partir de 1940. O marco deste ciclo de praças públicas desportivas foi a inauguração do estádio municipal do Pacaembu, considerado um “monumento paulista” ao futebol, capaz de comportar até setenta mil espectadores:

Quando as multidões se aglomeram, nos espetáculos desportivos, encontram um momento de evasão, que é capaz de despi-las até ao próprio instinto, impondo ao Estado o dever de regular as suas manifestações sociais, por meio de processos educativos, que não deturpem o sentido das diretrizes a que se propõe. (LYRA FILHO, 1941, p. 11)

A preocupação levantada por Lyra Filho era de que cabia ao governo federal a missão de observar o comportamento das multidões nas partidas de futebol profissional no país. O presidente do CND entendia que uma ação orientada do Estado acerca dessa questão poderia evitar a recorrência de distúrbios nos estádios e fazer que prevalecesse a ordem pública esperada com a reunião de milhares de aficionados clubísticos.

Por ser o futebol um espetáculo que produz emoções coletivas, o Estado tinha interesse direto na observação dos seus efeitos. No entendimento do dirigente, os representantes governamentais deveriam preocupar-se com as ameaças à disciplina que pesava sobre as plateias esportivas: “O gesto é veículo da emoção coletiva. Interessa ao Estado regular o sentido desse gesto, para disciplinar as emoções a que [o gesto] dá causa, de modo que sirva

de retempero às energias necessárias à vida e não de força negativa". (LYRA FILHO, 1941, p. 5)

Da mesma maneira que seu contemporâneo, o maestro Heitor Villa-Lobos (1887-1959), incentivador de cerimônias cívicas – juvenis, infantis e escolares –, Lyra Filho compreendia o papel pedagógico e virtuoso da música, expresso por meio do canto orfeônico, dos corais e da sua sonoridade. Sua pedagogia infundia nos espíritos uma propensão apaziguadora, com efeitos de coesão não só nas crianças e nos jovens como também no perfil de aficionado futebolístico. Com distintos focos, ambos, Villa-Lobos e Lyra Filho, acreditavam na renovação moral e cívica das massas por meio da música.

Lyra Filho, em particular, supunha que a promoção musical junto às plateias esportivas poderia produzir um efeito calmante, ordenador e, por conseguinte, disciplinador dos espectadores. Em suas palavras, "a influência benfazeja da música como recurso capaz de compassar e retificar no ânimo do povo as inspirações do instinto, da alma e do espírito". (LYRA FILHO, 1970, p. 49). Ainda a seu juízo, a eficácia para o controle das manifestações de massas, cujo potencial disruptivo era alvo de temor na longa história da humanidade, conforme a aguda reflexão do escritor búlgaro Elias Canetti (1995), passava pela incorporação das virtudes da música. Dever-se-ia, assim, adotar com regularidade a animação musical nas praças de esporte:

No intervalo dos espetáculos desportivos, a música é uma parada da alma, que não se contrafaz, que se expande, que se escancara à sugestão da calma, do contentamento, do enlevo envolvente do espírito. [...] para desmerecer as provocações do instinto, para atenuar a força das ondas que se destemperam na linguagem e nas manifestações do explosivo, do indignado, do rebelde, suscetível a generalizar estados mórbidos da paixão, a música é o prestígio que adoça, suaviza, enleva, faz subir a alma à projeção onde ela pode espairar para o bem. [...] Eis porque admitiríamos a necessidade de juntar-se aos espetáculos desportivos o concurso da música, que sacode os nervos, que aligeira os ambientes carregados, que enche de frenesi as ânsias apavoradas em prelúdio de revoltas, de conflitos e de motins. (LYRA FILHO, 1941, p. 11)

A citação anterior provém de um livro-conferência publicado em 1941, mesmo ano de criação do CND, em que o autor tecia considerações acerca do alcance da música nos estádios. Segundo a concepção do bacharel, à testa da entidade esportiva mais importante do período, era necessário montar uma estrutura corporativa também nas arquibancadas de futebol, com a criação, por ele intitulada, dos "orientadores de torcida". Valendo-se da analogia com a música clássica e com as artes de espetáculo, esses orientadores teriam função similar a de um maestro diante da orquestra. Tratava-se de uma fi-

gura de autoridade entre os torcedores, capaz de coordenar e de canalizar as atividades do público durante a realização de uma partida.

O chefe de torcida, um ser carismático por princípio, teria o papel de moralizar e de refrear as paixões da multidão que comparecia aos espetáculos esportivos, impedindo o caos e conduzindo-a a uma uniformidade de comportamento. Esse arranjo é melhor desenvolvido no excerto a seguir de Lyra Filho: “A torcida arregimentada, explodindo em uniforme manifestação, contida pelo sentimento da disciplina, daria beleza e vida aos espetáculos, além de ordem”. (LYRA FILHO, 1941, p. 12)

Diante do exposto, observa-se que a música operaria no interior dos estádios de proporções cada vez maiores, construídos em imensas estruturas de cimento-armado, como um elemento enquadrador das massas. Elemento capaz de gerar regramento e solidariedade, em detrimento da agitação. O agrupamento responsável gravitaria ao redor de um torcedor-líder, personagem dotado de carisma e incumbido da missão de propiciar o apoio disciplinado e uniforme ao clube de sua predileção.

De um lado, no sinal do *leader*, uma multidão partidária, deixando-se levar pelo ritmo dos mesmos gestos, das mesmas palpitações, das mesmas manifestações a favor de seu *club*. Em represália, do outro lado, o mesmo quadro, armando uma luta de torcidas, cada qual das correntes disputando ser a mais destra, mais apurada, mais viva, na maneira de imaginar e definir a vitória honesta de uma torcida sobre a outra. (LYRA FILHO, 1941, p. 12)

A adoção dos instrumentos sonoros proporcionaria à “assistência” (TOLEDO, 2000) o compartilhamento de gestos e de manifestações convergentes. Lyra Filho pressupunha que a ação eficiente de um *leader* de torcida levaria a um comportamento uniformizado do público até então espontaneamente reunido. Isso tenderia a produzir um círculo virtuoso, com uma reação ordenada e dilatada em cadeia. O projeto convinha aos propósitos do Estado, pois, uma vez existente a figura de uma pessoa cuja função é coordenar as grandes coletividades nos espetáculos esportivos, tornava-se plausível que o governo exercesse algum grau de influência sobre essas massas.

Assim, o propósito de Lyra Filho era de que cada torcida, representante por sua vez de seu respectivo clube, passasse a ser identificada por um líder. Mediante um processo de mimetismo, durante os jogos de futebol profissional, essas torcidas, regidas por um líder e galvanizadas pela música coletiva, se enfrentariam nas arquibancadas da mesma forma que os jogadores em campo. Isto é, propunha-se estender às arquibancadas os critérios do *fair play*, com seu formato lealdade e disciplina aplicado ao jogo.

O projeto consistia, pois, na submissão às autoridades responsáveis pelo espetáculo e na promoção de uma manifestação popular que, se realizada com eficiência, poderia tornar-se ainda mais bela e vistosa que o próprio jogo de futebol em si. Tal manifestação deveria ser para tanto cordial e regrada, de forma que o objetivo primeiro era garantir a disciplina dos torcedores no apoio ao clube e, em segundo lugar, a obtenção da vitória esportiva em campo.

Considerando-se o modo pelo qual se delineou o projeto estadonovista para a conformação das multidões no esporte no presente tópico, o próximo procura mostrar como, a partir dos princípios de disciplina concebidos pelo presidente do CND em 1941, o jornalismo esportivo daquele início de decênio será um mediador fundamental na criação de um modelo de torcida congruente com esses mesmos dispositivos disciplinares.

Corpo e alma dos desportos: o ideário estadonovista do jornalista Thomaz Mazzoni

As proposições de Lyra Filho inscrevem-se no contexto do regime ditatorial do Estado Novo. Este, mediante o simbolismo da queima das bandeiras estaduais, colocou em suspenso as garantias da Constituição de 1934, impediu as eleições previstas para o quadriênio seguinte (1938) e instituiu um período discricionário de quase uma década no Brasil, em meio a um mundo convulsionado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Poucos meses antes da publicação do propedêutico *A função social dos desportos*, primeiro de uma série de livros bacharelescos referentes a antropologia, sociologia e direito dos desportos no país, obra prolífica que se estenderia até a década de 1970, o governo Vargas já havia lançado uma legislação cujo intuito era direcionar o conteúdo político das manifestações artísticas, culturais e esportivas realizadas em solo brasileiro.

Tal legislação foi promulgada com o Decreto-lei n.º 1915, responsável por corporificar o Departamento de Imprensa e Propaganda⁴ (DIP), exarado a 27 de dezembro de 1939. Esse decreto-lei atribuía ao DIP, presidido por Lourival Fontes, a função de “fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza”⁵.

⁴ Decreto-lei n.º 1915, de 27 de dezembro de 1939. Disponível *online* pelo link <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

⁵ Decreto-lei n.º 1915, art. 2, § b.

Ao longo da vigência estadonovista, o órgão censor estendeu suas ações repressivas (FAUSTO, 2006, p. 117) aos sistemas de comunicação e de entretenimento, sob apoio do chefe de polícia, Filinto Müller, notório simpatizante do Integralismo. A repressão partia da proibição do conteúdo de marchas carnavalescas ao veto de notícias de setores da grande imprensa, com a invasão da redação de jornais como o tradicional *O Estado de S. Paulo* e o exílio de seu proprietário, Júlio de Mesquita.

O DIP consistiu no principal veículo de afirmação publicitária e propagandística (CAPELATO, 1998) dos valores do Estado Novo. Exaltava a ética do trabalho, preconizava o homem trabalhador e ordeiro, em contraponto ao malandro, e defendia o primado da nação. Para atingir tal fim, subvenzionava jornais, confeccionava cartazes, difundia sua doutrina em cartilhas, propagava sua imagem em cinejornais e valia-se de transmissões radiofônicas, como o programa diário oficial *Hora do Brasil*. Colocava em contato, sem intermediários, o chefe da nação e a massa da população.

No plano internacional, a despeito da retórica nacionalista, o período cultivou os preceitos da “política da boa vizinhança” com os Estados Unidos, por meio da difusão artístico-cultural da imagem do Brasil no exterior e, na mesma proporção, da assimilação da cultura de massas estadunidense, reconhecida no emblemático *American way of life*, amplificado no imaginário das histórias em quadrinhos e dos filmes hollywoodianos que aportavam no país. Nesse período, o regime oscilava entre flertes aos países do Eixo, adeptos do nazi-fascismo, e políticas de alinhamento ao pan-americanismo, com a promoção de uma Marcha para o Oeste à brasileira, reeditada pelos técnicos, ideólogos e burocratas do Estado Novo, com vistas ao povoamento do interior do país (PANDOLFI, 1999).

No tocante ao futebol, foi durante o Estado Novo que a Seleção Brasileira alcançou visibilidade internacional e projetou a imagem do país, graças em especial à sua cativante *performance* na Copa do Mundo da França de 1938. A nação queria ver-se de forma orgânica e solidária, a congregar, no mundo do futebol, jogadores e dirigentes, tal como cooperavam, no mundo do trabalho, operários e industriais. Em 1938, o selecionado ficou na terceira colocação da Copa, feito bastante festejado no país. De origem negra e operária, o atleta Leônidas da Silva, jogador do Flamengo que viria a ser transferido para o São Paulo em 1942, sagrou-se artilheiro do Mundial e foi aclamado ídolo nacional.

Segundo o historiador Boris Fausto:

Embora Getúlio não gostasse de futebol, ele e sua *entourage* tinham consciência do entusiasmo popular por esse esporte e espetáculo de massa. Assim, a presença do Brasil na Copa do Mundo de 1938 foi enfatizada nas rádios, jornais e revistas, sendo escolhido

presidente da delegação que foi à França Lourival Fontes, que no ano seguinte estaria à frente da criação do DIP. Getúlio recebeu os jogadores antes da partida para a Europa, lembrando a eles que “sua missão não é somente de caráter esportivo, mas envolve o desempenho de um dever cívico”. (FAUSTO, 2006, p. 126)

De acordo com a historiadora Melina Pardini, o interesse nacional pela Copa do Mundo fez que o DIP instalasse alto-falantes em diversos locais do Rio de Janeiro para o acompanhamento dos jogos. Em seguida, acrescenta:

[...] durante esse campeonato, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) vinculou a figura de Getúlio Vargas ao futebol nacional como forma de criar uma aura simpática ao governo, valorizando as vitórias futebolísticas como se fossem vitórias da própria nação. Nesse contexto, a filha do presidente, Alzira Vargas, foi a madrinha do selecionado brasileiro durante o Mundial de 1938, enviando diversos telegramas motivadores ao time. (PARDINI, 2009, p. 30)

Quase dois anos depois da criação do DIP, mais precisamente em abril de 1941, por meio do Decreto⁶ de n.º 3199, o governo discricionário criou o CND, entidade cuja função era organizar a prática dos eventos esportivos em território brasileiro, a fim de que estivessem em conformidade com os interesses de seu Estado. Segundo o historiador Hilário Franco Junior, seu aparelho legislativo e burocrático era:

[...] vinculado ao Ministério da Educação, subordinava a CBD e federações regionais e tinha o poder de fiscalização, normatização e organização de todas as modalidades esportivas do país. Seus objetivos eram a modernização esportiva e sua utilização para a legitimidade do regime. Ou melhor, a modernização esportiva para aquilo que parecia a modernização do Estado e da sociedade (FRANCO JR., 2007, p. 81)

O conteúdo do Decreto n.º 3199 previa o exercício do controle e a estratégia de intervenção estatal sobre a organização e a logística dos eventos esportivos a ser realizados em território nacional, mas também apontava para a censura da própria imprensa esportiva.

A possibilidade de a imprensa esportiva também passar pelo crivo dos representantes do Estado sugeria o fim da autonomia editorial, uma significativa limitação à liberdade de comunicação dos diários jornalísticos. Tratava-se assim de uma preocupação concreta da maioria dos setores da

⁶ Texto original do Decreto n.º 3199 de 1941, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

mídia esportiva brasileira, exceto de Thomaz Mazzoni, que no mesmo ano de criação do CND publicava um livro afinado com os ideais estadonovistas.

Autor de uma série de almanaques esportivos, de romances futebolísticos e de livros acerca da história do futebol no Brasil, Mazzoni fazia uma espécie de trabalho doutrinário para corroborar o regime varguista (SILVA, 2010). Um de seus marcos foi o lançamento do livro *O esporte a serviço da pátria*. A obra ganha destaque pelo teor das críticas dirigidas à mentalidade amadora e à falta de organização de diversos segmentos do mundo esportivo. Para o jornalista, tais atores estavam sempre às voltas com os interesses pessoais, em detrimento do espírito coletivo, e acabavam por imiscuir o público com o privado.

No trecho a seguir, o objeto dos questionamentos são seus companheiros de jornalismo:

[...] A esta [imprensa], exclusivamente a esta [imprensa], cabe a dupla degeneração do espírito esportivo de nossa gente através de tantos anos de envenenamento do ânimo do público esportivo, contaminando-o totalmente de paixão facciosa, longe, muito longe das verdadeiras virtudes esportivas. Essa tem sido obra de uma irresponsabilidade criminoso, em prejuízo de nossa mocidade esportiva, a dano total do ideal e da causa esportiva do Brasil! (MAZZONI, 1941, p. 89)

Mazzoni era editor-chefe d'*A Gazeta Esportiva*, o jornal esportivo com maior circulação na cidade de São Paulo. Surgido em fins dos anos 1920, conforme dito na Introdução, circulou semanalmente até 1947 como encarte de *A Gazeta*, periódico do empresário Cásper Líbero. Esse, de início oposicionista à Revolução de 1930, tomando parte na Revolução Constitucionalista de 1932, não tardaria a se alinhar ao *establishment* da Era Vargas.

De pendor nacionalista, dono de complexo jornalístico que reunia rádio e jornal, Líbero tinha bom trânsito com políticos, com dirigentes de clubes e com a própria CBD (Confederação Brasileira de Desportos). Do final dos anos 1940 em diante, *A Gazeta Esportiva* passaria a ser vendida de maneira autônoma, embora continuasse sob a direção de Thomaz Mazzoni, após o falecimento de Cásper Líbero, em agosto de 1943, vitimado em acidente aéreo.

Mazzoni, emigrante italiano, tinha uma postura francamente favorável ao controle estatal do esporte, inspirado por seu turno no modelo de gestão esportiva implementado por Mussolini na Itália. O cronista entendia a prática esportiva como elemento de formação moral dos torcedores, o mesmo entendimento de Cásper Líbero, que sublinhava o poder de influência da imprensa "sobre as multidões, orientando-as, guiando-as", o que o fazia criar competições esportivas, como a Corrida de São Silvestre, entre outras (HIME, 2005, p. 154).

O ideal de Mazzoni em prol da moralidade no esporte levou-o a ir além das páginas do jornal e a produzir uma série de livros apologéticos acerca do papel interveniente do Estado no meio esportivo. Já no ano de 1939, por exemplo, publicou *Problemas e aspectos do nosso futebol*, em que apontava as deficiências da estrutura futebolística nacional e recomendava um conjunto de medidas solucionadoras. Suas críticas mais recorrentes diziam respeito à falta de visão nacional e à persistência do espírito clubista.

O clubismo, para o editor e cronista, que costumava assinar seus textos sob o pseudônimo de Olimpicus, consistia na posição parcial ou facciosa cultivada pela maior parte dos dirigentes esportivos brasileiros. Além da parcialidade, Mazzoni alvejava também o sensacionalismo praticado por parcela significativa dos colegas da imprensa esportiva.

Sob a ótica *mazzoniana*, a harmonia no esporte, comprometida por certas posturas indisciplinadas e clubistas, deveria ser controlada não somente no âmbito dos *governing bodies* – CBD e federações estaduais –, mas também defendida pelos meios de comunicação, em especial o jornal e a rádio. Em *O esporte a serviço da pátria*, o cronista traça o seguinte diagnóstico:

A trindade maldita do esporte brasileiro tem sido constituída pela cisão, indisciplinada e clubismo. [...] desde que nasceu o esporte no Brasil, sua história está cheia de capítulos de dissídios, consequência do mau espírito clubístico e da degenerada disciplina. Ex-terminar a cisão é missão muito simples, pois sendo oficializada e reconhecida uma só entidade, para cada modalidade, não será possível, futuramente, qualquer outra cisão, por questões mesquinhas pessoais ou por ambição de clubes. Fora de cada entidade oficial nenhuma atividade será permitida. Fecha-se, desse modo, automaticamente, a válvula do dissídio, culpado de tantos males ao esporte brasileiro. (1941, p. 27-28)

O entusiasmo de Mazzoni pela criação do Conselho Nacional de Desportos e pela aplicação da censura aos veículos da imprensa esportiva torna-se compreensível à luz da passagem a seguir:

Com essa nova realização do governo [referência à instituição do CND], o Brasil se orgulhará de ser a primeira nação da América do Sul a dar ao esporte uma função oficial [...] É fácil compreender o que representa para o esporte brasileiro estar integrado nas leis e no espírito do Estado Novo. Passará a colocar-se a serviço da Pátria, eis tudo! [...] os clubes devem obedecer e não mandar. As entidades devem disciplinar, dirigir e orientar os respectivos esportes, os dirigentes selecionados devem ser servidores da coletividade, serão administradores e técnicos e não simples politiquinhos leigos. Hie-

rarquia, disciplina, ordem, idealismo, responsabilidade e competência, eis o que deve garantir a oficialização para o esporte nacional. (1941, p. 16-17).

A convergência do ideário de Mazzoni com os princípios apregoados pelo Estado Novo contribuiu para que *A Gazeta Esportiva* acabasse por se tornar uma espécie de veículo oficial informal da imprensa esportiva brasileira na primeira metade dos anos 1940. Mais precisamente em março de 1943, em consonância com as diretrizes preconizadas por João Lyra Filho no livro de 1941, seu jornal patrocinou o primeiro concurso de torcidas, cuja proposta era dar destaque à atuação dos torcedores nos estádios, à medida que, também estes, poderiam colocar-se a “serviço da Pátria”.

Durante o início do Campeonato Paulista de 1943, o jornal publica o regulamento da disputa entre as torcidas uniformizadas. No texto, elenca os critérios de pontuação e estabelece as normas da competição. Ao final do torneio, caberia à Federação Paulista de Futebol proclamar a torcida campeã, mediante um total de cinco quesitos avaliados por partida, cada um deles constituído por pontos diferenciados: disciplina; entusiasmo; coro e organização; harmonia e originalidade; e número de componentes.

Exposta a relação entre a ideologia do Estado Novo e o pensamento do redator-chefe Thomaz Mazzoni, será abordado no tópico subsequente – na terceira e mais importante parte do capítulo – de que maneira a proposta da competição se concretizou e de que modo este projeto consolidou a presença das torcidas uniformizadas na cidade de São Paulo a partir do ano de 1943.

A Gazeta Esportiva e o fomento às torcidas uniformizadas paulistanas

O futebol nos anos 1940 já era profissionalizado no país e atraía para os estádios milhares de assistentes – termo empregado no início do século XX para referir-se aos torcedores (MALAIA, 2011) – de todos os estratos sociais. Não obstante, as TUs da época eram compostas em sua maioria por associados dos respectivos clubes sociais. A primeira torcida de que se tem notícia é a do Grêmio São-Paulino, fundada em 1939 e renomeada no ano seguinte para Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP).

O perfil do torcedor uniformizado indica a composição majoritária de sócios do clube, espécie de filtro social para a participação nesse tipo de associação. Os fundadores da TUSP, por exemplo, foram o benemérito Manoel Raymundo Paes de Almeida e o tenente – depois general e vice-governador do Estado de São Paulo – Porfírio da Paz (VIVEIROS, 2010, p. 119).

Outra liderança de destaque da torcida foi Laudo Natel, que se tornaria um proeminente empresário e político, governador do Estado e figura ativa no enguimento do Estádio Cícero Pompeu de Toledo, o popular Morumbi, entre os anos de 1950 e 1970.

Segundo as recordações de Manoel Raymundo de Almeida, a TUSP tinha como perfil de associado:

Pessoas educadas, que usavam uma camisa branca, com o emblema do SPFC com a inscrição 'Grêmio São-Paulino'. Faziam espetáculos e alegorias que serviam de atração para os jogos. E quando os jogadores entravam em campo, eram recebidos com confetes e serpentinas. Respeitavam-se os torcedores dos outros times. Hoje não existe mais isto, só brigas, discussões, agressões. (VIVEIROS, 2010, p. 122)

Depreende-se da passagem referida que essas associações de torcedores se enquadravam nas diretrizes delineadas por Lyra Filho em seu opúsculo de 1941. Conforme ponderou-se em outra oportunidade, no que toca às lideranças instituídas nas arquibancadas com o aparecimento das TUs:

[O chefe de torcida] se destacava nas arquibancadas por sua seriedade e compromisso, figura assídua e tradicional nos jogos, com uma capacidade de comunicação e com uma liderança tidas como inatas, reconhecidas pelos torcedores, pelos dirigentes e pelo policiamento na coordenação do incentivo aos jogadores. (HOLLANDA, 2008, p. 105)

O historiador Plínio José Labriola, em sua tese de doutorado referente ao futebol paulista e suas tensões com o Estado Novo nos anos 1930 e 1940, transcrevia os comentários de um cronista de *A Gazeta* com sua avaliação da competição, nos quais é possível perceber a utilização de termos ainda em inglês:

[...] nas arquibancadas os *fans* uniformizados também estarão se 'defrontando' pela conquista do título de melhor 'torcida' de 1945. Competição difícil, porque, ao contrário do que se pode julgar, a melhor 'torcida' não será aquela que mais barulho irá fazer e, sim, a que melhor sabe incentivar os seus jogadores, a mais unida, a que sabe cultivar bem a disciplina, a mais numerosa, mais harmoniosa e original..." (NEGREIROS, 1998, p. 98).

O reconhecimento dos líderes de torcida por parte de policiais, dirigentes e demais torcedores é uma evidência do papel enquadrador exercido por eles no início dos anos 1940. Uma ilustração da apologia feita pelo jornal *A Gazeta Esportiva* às TUs, em sua condição de fomentadoras do bom comportamento dos torcedores nas arquibancadas, pode ser encontrada em uma matéria produzida sobre a TU do Corinthians. Na ocasião, o periódico entrevista seu líder, conhecido pelo apelido popular de Tantã:

As torcidas uniformizadas dão um cunho de beleza e elegância ao nosso futebol. Enfeitam os campos, contribuem para a educação dos adeptos e constituem organizações úteis aos clubes. [...] Na garrida turma corintiana o respeito à disciplina deve ser cultivado rigorosamente. Um só gesto incompatível com sua finalidade acarreta ao seu integrante a suspensão ou exclusão. (GE, 1ª nov./ 1941, p. 10)

Tantã dizia em 1941 que “elegância” e “disciplina” eram elementos fundamentais para a permanência de um membro nos quadros da associação. Em complemento, a reportagem asseverava que não havia tolerância por parte dessa liderança para com o mau comportamento dos associados.

A figura de Tantã é importante para que se compreenda a estruturação de uma torcida organizada nos anos 1940: *leader* dos torcedores do Corinthians, o personagem era membro do clube, fator que o diferenciava em meio à massa de torcedores nas arquibancadas. Sua missão era ter comportamento exemplar e motivar os assistentes, isto é, todos aqueles que frequentavam os estádios, mesmo sem possuir vínculo oficial com o clube, fato que se tornara cada vez mais comum já durante o período amador, nos idos de 1920.

Além de ser referência aos milhares de torcedores reunidos nos estádios, Tantã também era responsável por garantir o “bom comportamento” das centenas de integrantes afiliados à sua torcida uniformizada. Tratava-se de um sócio do clube detentor de autoridade para excluir eventuais membros da torcida flagrados por má-conduta ou indisciplina. A referência ao mau comportamento de associados já em 1941 pode levar a crer que a TU corintiana era significativamente mais numerosa e socialmente diversa em relação à outras TUs de São Paulo, já que não há nenhuma referência nesse sentido em relação à torcida uniformizada de nenhum outro clube paulista no mesmo período.

O antropólogo Luiz Henrique de Toledo afirma que, nos anos 1940, não somente os líderes, mas a maioria dos componentes das torcidas uniformizadas da cidade de São Paulo, público para o qual o cronista Thomaz Mazzoni se dirigia, podiam ser perfilados da seguinte maneira: “jovens de classe média, na sua maioria sócios dos próprios clubes, cujas atividades torcedoras somavam-se aos interesses e aspirações dos diretores das referidas associações esportivas” (2000, p. 251).

As associações de torcedores eram incumbidas de dar o exemplo do “bom torcer” a todo momento, seguindo convenções de cordialidade e reciprocidade da época. Assim como os jogadores trocavam flâmulas no gramado, nas arquibancadas havia o cumprimento entre os chefes de torcida rivais. Em algumas partidas, fazia-se a troca das bandeiras dos clubes envolvidos

no jogo. Isso poderia acontecer antes ou durante a partida, e constituía uma forma de demonstrar o *fair play* e o espírito esportivo também nas tribunas.

Uma amostra do “bom torcer”, tal como esperado pelos jornalistas da *Gazeta Esportiva* e por ideólogos do regime varguista, ocorre no dia 23 de maio de 1943. O registro fotográfico do jornal aparece no dia seguinte, com imagens das torcidas de Palmeiras e Corinthians num dia de confronto entre as duas equipes no estádio do Pacaembu. A fotografia estampada pela *Gazeta* mostra o mosaico elaborado pela torcida uniformizada corinthiana, com referência à letra “P” – palmeirense – em homenagem a seu adversário. Em contrapartida, a torcida uniformizada do Palmeiras empunhava dezenas de bandeiras individuais com o símbolo do clube oponente.

Para além de um acontecimento extraordinário, a confraternização entre torcidas com rivalidade clubística era bastante cultivada nessa fase. Ações cordiais envolviam trocas de símbolos e dísticos dos clubes, permutas intensificadas durante a vigência do concurso de melhor torcida, promovido pelo jornal *Gazeta Esportiva* (GE) e pela *Rádio Gazeta*, durante o Campeonato Paulista de 1943. Nessas ocasiões, as agremiações torcedoras mais bem avaliadas eram premiadas e os seus respectivos chefes recebiam medalhas. As relações amistosas entre os agrupamentos eram reportadas no jornal, mas a maior repercussão incidia quando as torcidas faziam manifestação de entusiasmo aos valores nacionalistas e ao presidente da nação.

Em 14 de abril de 1943, a GE narra que a torcida do São Paulo levou retratos de Getúlio Vargas para o Pacaembu, a fim de homenageá-lo por ocasião de seu aniversário. Pouco tempo depois, a 3 de maio de 1943, na esteira das comemorações do Dia do Trabalhador, cujo ritual celebratório era encenado em São Januário e no Pacaembu, mediante um complexo rito de cerimônias oficiais, de discursos de autoridades e de desfiles de desportistas em campo – uniformizados e dispostos de maneira simétrica –, uma matéria do jornal mostra que a torcida do Corinthians também levava retratos de Getúlio Vargas para o estádio.

Junto à homenagem ao chefe da nação e às festividades do Primeiro de Maio – calendário comemorativo em que o Estado Novo anunciava benesses aos trabalhadores, como o salário mínimo e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) –, as imagens publicadas nos jornais permitem observar ainda a realização de um tributo a Cásper Líbero, fundador e dono de *A Gazeta Esportiva*.

O traço mais evidente no comportamento das torcidas uniformizadas era a missão de portadora dos ideais esportivos, tais como formulados pelo regime varguista e propagados pelo jornalismo esportivo. Brigas entre associações de torcedores de clubes rivais não costumavam ser noticiadas nem

pareciam constituir preocupação do policiamento ou dos organizadores das competições futebolísticas. Não raro, uma TU podia comparecer a um jogo que não fosse disputado por sua equipe, a fim de tão-somente fazer uma apresentação válida pelo Duelo de Torcidas promovido pela *Gazeta* paulistana.

A título de exemplo, em 19 de junho de 1943, um jogo disputado no Pacaembu entre São Paulo e Palmeiras, este último recém-mudara seu nome, até então conhecido por Palestra Itália, tendo de se nacionalizar após a entrada do Brasil na Segunda Guerra contra a Alemanha e a Itália, contabilizou um público pagante de mais de sessenta mil pessoas. Além das torcidas uniformizadas de São Paulo e Palmeiras, os cronistas constatavam a presença da TU do Corinthians.

A torcida corinthiana, a despeito da ausência de sua equipe no gramado, exibiu nas arquibancadas um mosaico cuja unidade configurava a bandeira do Brasil. Tal participação foi um ato inédito e surpreendeu de maneira positiva os avaliadores da *GE*, que deram à torcida do Corinthians a vitória no concurso daquele dia.

O Concurso de Torcidas da *GE* atribuiu às TUs o papel de “disciplinadoras da assistência” dentro do ideário estadonovista; ao mesmo tempo, contribuiu para a criação de um sentido de rivalidade horizontal entre TUs, que, por meio de mensagens patrióticas e apologia à figura de Getúlio Vargas, disputavam o título de “melhor torcida”. O verniz nacionalista cobre o estabelecimento de uma lógica interna de competição entre TUs, de maneira relativamente autônoma a seus clubes.

Esse modelo foi bem sucedido, a ponto de ter sido levado também à capital federal, o Rio de Janeiro. Há ainda controvérsias no que concerne a primazia cronológica das torcidas, com cariocas e paulistas a reivindicar o *status* de pioneira nesses agrupamentos e nesses concursos. Existem registros, por exemplo, de um “duelo de torcidas” já no ano de 1936, durante a final do Campeonato Carioca, disputado no estádio das Laranjeiras, entre torcedores do Flamengo e do Fluminense. Independentemente da polêmica em torno da cronologia, Mário Filho (1908–1966), proprietário do *Jornal dos Sports (JS)*, despiu-se do bairrismo jornalístico que opunha cariocas a paulistas e passava a exaltar a beleza e a virtuosidade das torcidas uniformizadas paulistanas. Ao comentar no editorial do seu periódico as festividades cívicas do Primeiro de Maio, em 1943, no Pacaembu, registrou:

[...] destaque para as duas torcidas [Corinthians e São Paulo, no caso]. O Pacaembu engalanou-se todo [...] aquela multidão que encheu literalmente as suas dependências,

ganhando um colorido ainda mais pronunciado com a atuação destacada, cheia de bom humor e originais números, das duas torcidas uniformizadas. (*JS*, 3 maio 1945, p. 2)

Se a função social e o papel desempenhado por esse personagem no cenário esportivo coincidiam na caracterização das torcidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, as condições econômico-sociais de seus integrantes pareciam destoar quando se comparavam os dois estados. Em se tratando da capital paulistana, a Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP) havia sido fundada em 1940, um ano após a tentativa de criação do Grêmio São-Paulino na Mooca, tradicional bairro de imigrantes, tendo como mentores e primeiros chefes Manoel Raymundo Paes de Almeida e o Tenente Porfírio da Paz, que compusera o hino do clube.

Além de tenente e general, esse último fora professor de geografia e história do Ginásio Anglo-Brasileiro, na Vila Mariana, chegando a tornar-se vice-governador do Estado de São Paulo. Segundo o depoimento de um dos fundadores,

“O Grêmio São-Paulino surgiu na Mooca, em 1939. Fazíamos tudo com entusiasmo e por nossa conta. Lembro-me do primeiro espetáculo que demos no Pacaembu. Uma festa maravilhosa, com serpentinas e confetes. Fizemos depois uma magnífica *marche aux fanfambles*, em 1943, quando a moeda caiu em pé e o São Paulo foi campeão. Montamos um carro alegórico, com uma moeda gigante de pé, e fomos, em cortejo de automóveis buscar a Taça de Invictos de *A Gazeta Esportiva*.” (BRANDÃO, 1996, p. 40-43).

A TUSP era constituída por quadros do clube, sócios, em sua maior parte, membros da classe média alta e estudantes da tradicional Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Diferentemente, as torcidas organizadas cariocas, cujos chefes encontravam-se à margem da esfera de poder instituída do clube, situavam-se em sua maioria na faixa etária já adulta e pertenciam aos setores subalternos do pequeno comércio ou da baixa hierarquia da burocracia estatal, muitos deles saídos do campo, do interior de estados circunvizinhos ou da região nordestina – a migração de contingentes populacionais da zona rural para o ambiente urbano, mormente para o Rio de Janeiro, capital da República, intensificava-se de forma marcante naquele período. Já as torcidas uniformizadas de São Paulo eram compostas em seu início por rapazes e moças integrantes das classes abastadas da sociedade paulistana.

Ainda no tocante à Torcida Uniformizada do São Paulo, cujo exemplo em breve seria seguido pelos jovens sócios do Palmeiras no ano de 1943, nome adotado pelo Palestra Itália no contexto da Segunda Guerra Mundial, vale especificar a sua composição, proveniente de notável fração da juventude universitária, como a família Mesquita, do jornal *O Estado de S. Paulo*, os filhos de

Paulo Machado de Carvalho e Laudo Natel, que veio a ser presidente do clube e depois governador do estado entre 1971 e 1975 (GIANOLI, 1996, p. 33 e 34).

Outra especificidade das torcidas uniformizadas de São Paulo dizia respeito a sua fonte de inspiração, que, segundo testemunhos, remontava às bandas e às coreografias de espetáculos esportivos norte-americanos como o *rúgbi*, o *basketball*, o *football* americano e o *baseball*.

Se até fins do século XIX as classes bem aquinhoadas costumavam enviar seus jovens filhos para a Europa, a fim de aprimorar sua formação educacional, como Charles Miller, que após passar dez anos estudando em Southampton, Inglaterra, retornou ao Brasil e foi considerado introdutor oficial do futebol na cidade de São Paulo, em meados do século XX era moda entre a elite paulistana estudante de ciências jurídicas na faculdade de Direito do Largo de São Francisco conhecer os Estados Unidos, onde nasceu o encantamento pelas torcidas universitárias daquele país (SILVA, 1996, p. 80).

Uma exceção no estado seria Elisa, a torcedora-símbolo do Corinthians, uma mulher conhecida por suas origens negras e proletárias, que trabalhava como cozinheira e dona de casa. Conquanto a chefia da torcida coubesse a Tantã, pseudônimo de um conhecido sócio do clube, João Constantino Casanova, era ela quem parecia encarnar com mais propriedade as características cultivadas pelo clube acerca de si próprio. Isso corrobora-se por imagens desta torcedora encontradas no filme *O corintiano*, estrelado por Mazaroppi, já nos anos 1960, em que Elisa aparece contracenando nas arquibancadas do Pacaembu. Na película, o torcedor é encarnado como o protótipo do caipira, carregando os estigmas de bronco, ignorante, supersticioso e violento.

Assim, a leitura das fontes permite observar que as torcidas uniformizadas emergentes no contexto estadonovista seriam, por um lado, uma extensão da direção dos clubes a que eram filiados; por outro, consistiam na materialização de um projeto estatal-jornalístico que visava produzir determinados efeitos sociais específicos no futebol profissional.

Embora os conflitos entre as associações de torcedores de clubes rivais não fossem uma questão para o Estado nem para os organizadores das partidas no princípio da década de 1940, não significa que os estádios constituíssem espaços imunes a tais problemas. Desde os primórdios do futebol, verificam-se atos de hostilidade, arrivismos e distúrbios entre torcedores, caracterizados pela imprensa sob a denominação de “sururus” e “charivaris”. Enfatiza-se, contudo, que nesse período as torcidas uniformizadas não eram responsabilizadas por tais atos e que posturas ditas incivilizadas aconteciam entre torcedores não-pertencentes a esses agrupamentos.

Ao contrário, as TUs protagonizavam o bom comportamento, a ser apreendido e seguido pela massa de torcedores não-uniformizados. Havia dificuldades para conquistar adeptos no público em geral. Em determinadas situações, as TUs tornavam-se alvo de ameaças de parte de torcedores comuns, que se valiam do anonimato para intimidar os torcedores uniformizados, mesmo os do seu time. É assim que a *Gazeta Esportiva* relatou a suspensão das atividades da torcida uniformizada no Palmeiras durante o Campeonato Paulista de 1943:

Soubemos que a diretoria do alvi-verde resolveu suspender temporariamente as atividades da torcida uniformizada do Campeonato de 1943 por falta de garantias. Mas como? Sim, por falta de garantias! Declaram-nos os informantes que de uns jogos para cá, vários indivíduos se colocam em redor da torcida, ou então na frente, e passam a insultar seus componentes com palavrões, ou então dirigem gracejos indesejáveis às moças que também vestem o uniforme alvi-verde. Disseram-nos ainda que no prélio Corinthians x Palmeiras, realizado em disputada da Taça Cidade de São Paulo, um dos chefes pretendeu repreender um desses indesejáveis e quase foi vítima da agressão por parte desse mesmo indivíduo... As torcidas uniformizadas vieram a dar um colorido todo especial a esta fase de ouro que atravessa o nosso futebol, sendo até mesmo inacreditável que o prêmio que estão a receber por terem feito isso seja o que recebeu o Palmeiras. As nossas autoridades policiais precisam tomar enérgicas providências no sentido de protegerem as nossas uniformizadas, colocando à disposição das mesmas alguns policiais. Estes deverão colocar-se ao lado dos cordões de isolamento, a fim de agirem quando se tornar necessário. Cremos que dessa forma os valentes não se atreverão tentar destruir uma conquista de grandiosidade do nosso futebol (*GE*, 12 de julho de 1943, p. 7)

A ameaça de um assistente a um chefe de torcida reconhecido pela *GE*, legitimado pelo clube e, indiretamente, pelo próprio Estado, colocava em questão toda a estrutura vertical formulada por João Lyra, Thomaz Mazzoni e pelos demais colaboradores varguistas. A atitude do torcedor desordeiro afrontava a hierarquia e o sistema de segurança policial projetados para as praças esportivas pelo Estado e endossados pela imprensa esportiva do período em questão.

Diante do exposto, Thomaz Mazzoni dirigiu-se diretamente às “autoridades oficiais de nosso futebol” e exigiu que elas oferecessem garantias à integridade do chefe da torcida palmeirense durante os jogos de sua equipe. A *GE* cobrou tanto o poder público quanto o poder esportivo para que a figura do líder de torcida fosse respeitada no território das arquibancadas.

A narrativa permite presumir que, em caso de tumulto, este possivelmente ocorreria fora dos limites espaciais destinados às TUs nas arquibancadas, em geral delimitadas por uma corda de isolamento, onde só entravam os portadores do uniforme estilizado do grupo. Tal situação é evidenciada durante o primeiro torneio de torcidas promovido pela *Gazeta Esportiva*. Em passagens do jornal acerca do tema, fica claro que a postura das TUs era não extensível ao conjunto do público frequentador.

Em razão disso, no dia 26 de junho de 1943, Thomaz Mazzoni assina um editorial intitulado *Torcedores!*, em que critica os aficionados passionais, evitados de bairrismos e clubismos. A seu juízo, o alvo de sua crítica não entendia o verdadeiro espírito desportista e se deixava dominar pelos impulsos instintivos, em prejuízo da postura comedida e racional: “vingativos, passionais, prejudicam o espetáculo” (*GE*, 26 jun. 1943, p. 2).

Não é difícil notar a similaridade desse discurso com o de Lyra Filho em *A função social dos desportos*. Ainda que sem explicar e nomear a referência, a sequência do argumento de Mazzoni também pode ser aproximada a do “paredro” Lyra Filho, então presidente do CND:

Contudo, o que tem melhorado um pouco esse fanatismo pessoal são as torcidas uniformizadas, que reúnem os sócios em um grande grupo sob o controle de pessoas equilibradas e de mais responsabilidade, e sob a ação direta da diretoria. [...] Aí, nesse conjunto, não há lugar para afeiçoados de má conduta. (*GE*, 26 jun. 1943, p. 2)

Desse modo, as torcidas uniformizadas de futebol na cidade de São Paulo, precursoras de um modelo institucional e de um padrão comportamental nos estádios do Brasil, reuniam o que imprensa, dirigentes, polícia e Estado entendiam ser os bons torcedores ou, se tomados em sua coletividade singular, a boa torcida. Os componentes das TUs paulistanas eram instados a comandar a massa torcedora que se avolumava para assistir ao espetáculo futebolístico profissional.

O conjunto dos torcedores, a incluir os “passionais” e os “vingativos”, passava por uma série de orientações e lições, a exemplo de como o som musical deveria ser produzido, de quais palavras de ordem deveriam ser entoadas ou de como os gestos coreográficos deveriam ser executados. O papel pedagógico dos líderes era, pois, ensinar a massa assistente os modos de torcer considerados adequados à ordem profissional recém-instituída e à grandiosidade dos estádios públicos recém-edificados.

Conclusão

Em face do exposto, o propósito do presente capítulo foi dar a conhecer os primeiros momentos de configuração das torcidas organizadas de futebol no Brasil, por meio de episódios ainda pouco conhecidos do público em geral e mesmo da Academia. O caso aqui escolhido foi o das torcidas uniformizadas paulistanas, incentivadas a participar nos estádios, nos idos de 1940, sob os lemas altruísticos de disciplina e ordem, caros ao regime do Estado Novo. O meio para mostrar o surgimento desses grupos deu-se mediante uma seleção de fontes primárias e secundárias, com extratos de livros e de reportagens jornalísticas da década de 1940, além da interlocução com trabalhos acadêmicos preexistentes.

As décadas de 1930 e 1940 intensificavam a preocupação cívico-disciplinar de manutenção da ordem e de educação esportiva nesses domínios sob ingerência governamental, com base em motivações ideológicas estipuladas em torno de ideias como raça, povo, nação e juventude (TOLEDO, 1998, p. 150). O “enquadramento moral” mencionado pelo antropólogo Luiz Henrique de Toledo no processo de incorporação das camadas populares ao futebol constituiu uma tentativa de contrabalançar a perda do proclamado caráter nobre de que era revestido esse esporte até então (TOLEDO, 2000, p. 220). A configuração humana e social do novo público espectador era correlata, segundo o mesmo autor, não apenas aos condicionantes políticos externos, mas às modificações operadas no nível interno das regras modernizadoras do jogo e das maneiras mais sistemáticas de praticá-lo.

No referido estudo, buscou-se avançar na sistematização dessa hipótese, ao articular uma série de autores e personagens. Isso foi proposto com vistas a identificar os princípios basilares com que entidades do poder público e órgãos privados de imprensa estimularam a presença coletiva dos torcedores nos novos estádios do país. Em meio a matizes e nuances que variam segundo a praça esportiva em questão – São Januário (1927) e Pacaembu (1940), por exemplo – tais equipamentos eram construídos e apropriados sob a égide do patriotismo e da monumentalidade, na esteira da adoção do profissionalismo no futebol brasileiro, entre fins dos anos 1930 e início dos anos 1940.

A articulação procurou evidenciar mediações existentes em pelo menos três planos, superpostos nas três seções do capítulo: *o nacional*, por meio dos escritos do presidente do Conselho Nacional dos Desportos (CND), acerca da importância da animação musical das torcidas nos estádios, considerado o modo mais eficaz de promover coesão e evitar distúrbios nas praças de desportos; *o jornalístico*, com base nas publicações do cronista esportivo Thomaz

Mazzoni, arauto da aplicação dos ideias estadonovistas ao futebol profissional, emitindo suas opiniões diárias em livros e nas páginas de seu jornal; e o *torcedor*, por meio de informações referentes à atuação das lideranças das torcidas uniformizadas no Pacaembu, durante o ano de 1943, quando o periódico *A Gazeta Esportiva* patrocinou o primeiro concurso entre as agremiações torcedoras, entidades surgidas na cidade havia quatro anos, em 1939, com a criação do Grêmio São-Paulino.

As conexões buscaram demonstrar a existência de relações que não costumam ser explicitadas por seus atores, como o vínculo indireto entre Lyra Filho e o editor d'*A Gazeta Esportiva* ou as convergências entre os ideais do Estado Novo e a atuação pacificadora dos chefes de torcida nos estádios. Tais mediações permitem compreender o contexto da época e, na mesma proporção, elucidar por que as torcidas de futebol assumiram essa configuração ordeira em seu momento inicial.

Os nexos estabelecidos com base nas fontes selecionadas contribuem assim para um entendimento menos maniqueísta e essencialista hoje dominante, quando se trata de abordar a delicada temática das torcidas organizadas e sua relação com o fenômeno da violência nos estádios. Para além dos estereótipos reificadores, esse passado ainda recente possibilita perceber o dinamismo da história dessas associações e de que maneira, em suas origens, para a surpresa de muitos contemporâneos, a função dos agrupamentos torcedores relacionava-se justamente com o impedimento de ações violentas nas arquibancadas.

Se a história, como diria Cícero, é a “mestra da vida”, talvez valha aqui também atenção à lição histórica brasileira na compreensão das torcidas organizadas. Sua trajetória bem pode servir de exemplo para aqueles que, via de regra, estigmatizam grupos sociais que lhe parecem estranhos. Na contramão dos que insistem em estereotipar os torcedores como “bárbaros”, “vândalos” e “vagabundos”, prossegue-se ao encontro de uma ciência social que não se contenta com explicações de cunho biológico e patológico. Para além de um atávico mal de origem, em seu lugar, preconizam-se leituras sociológicas e historiográficas capazes de iluminar o homem em suas circunstâncias, em meio à dinâmica das complexas redes de sociabilidade que constituem os espaços públicos modernos.

Referências

- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, p. 10, 1.º nov./ 1941.
- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, p. 4, 22 mar./1943.
- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, p. 14, 19 abr./ 1943.
- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, 3 maio 1943.
- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, p. 3, 24 maio 1943.
- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, p. 16, 19 jun./ 1943.
- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, p. 2, 26 jun./ 1943.
- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, p. 7, 12 jul./ 1943.
- A Gazeta Esportiva*. São Paulo, p. 3, 23 set./ 1943.
- BRAGA, Jorge Luiz Medeiros. As torcidas uniformizadas (organizadas) de futebol no Rio de Janeiro nos anos 1940. *Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, ano 5, n.º 14, p. 1-24, mar. 2010/ jun. 2010. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/213030_es1407.pdf>. Acesso em: 10 mar./ 2019.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Torcidas organizadas: o jogador das arquibancadas. In: BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *São Paulo F. C.: a saga de um campeão*. São Paulo: DBA, 1996.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998.
- CHAIM, Renan Aníbal Martinot. *Futebol, corações e mentes: os torcedores na perspectiva do Estado*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – USP, São Paulo, 2018.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FRANCO JR., Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIANOLI, Manuel Gustavo Manrique. *O torcedor de futebol e o espetáculo da arquibancada*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes) – USP, São Paulo, 1996.
- HIME, Gisely. Cásper Líbero: o empresário que criou a primeira escola de jornalismo. In: MELO, José Marques de (org.). *Imprensa brasileira: personagens que fizeram história*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*. Tese (Doutorado em História) – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2008.
- IMAGENS do Estado Novo. Produção de Eduardo Escorel. Brasil: 2018, 227 min.
- Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, p. 2, 3 maio 1943.
- Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, p. 3, 19 set./ 1967.
- LYRA FILHO, João. *A função social dos desportos*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1941.
- LEITE LOPES, José Sérgio. A vitória do futebol que incorporou a pelada: Mário

- Filho e a entrada dos negros no futebol. *Revista USP*, p. 64-83, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26960>>. DOI disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i22p64-83>>. Acesso em: 20 mar./ 2019.
- MALAIA, João. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (bras.): 1910-1950. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de (et. al). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- MAZZONI, Thomaz. *Problemas e aspectos do nosso futebol*. São Paulo: A Gazeta, 1939.
- MAZZONI, Thomaz. *O esporte a serviço da pátria*. São Paulo: [s. n.], 1941.
- O CORINTIANO. Produção de Milton Amaral. São Paulo: Pam Filmes, 1966, 100 min.
- OLIVEIRA, Lúcia; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1982.
- NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. *A nação entra em campo: futebol nos anos 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em História) – PUC-SP, São Paulo, 1998.
- PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2009.
- PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. *A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2009.
- SILVA, Elisabeth Murilho da. *As torcidas organizadas de futebol: violência e espetáculo nos estádios*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 1996.
- SILVA, Rafael Santos da. *O esporte a serviço da pátria: Thomaz Mazzoni e os primórdios do jornalismo esportivo (1928-1941)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.
- SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. "A invenção do torcedor de futebol: disputas simbólicas pelo significado de torcer". In: COSTA, Márcia Regina da (Org.). *Futebol, espetáculo do século*. São Paulo: Musa Editora, 1998.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. A cidade e o jornal: a *Gazeta Esportiva* e os sentidos da modernidade na São Paulo da primeira metade do século XX. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 2000.
- VIVEIROS, Ricardo. *Lauda Natel, um bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

Recebido: 15/7/2019 – Aprovado: 16/10/2019

Editores Responsáveis

Júlio Pimentel Pinto e Flavio de Campos